

Para relator, medida é importante também após a pandemia, pois pode evitar a contaminação por outras doenças contagiosas

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16), proposta que obriga todos os estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, a instalar barreiras físicas transparentes para proteção de funcionários que trabalhem no atendimento direto ao público. O texto aprovado altera a [Consolidação das Leis do Trabalho \(CLT\)](#).

Relator no colegiado, o deputado [Dr. Zacharias Calil \(DEM-GO\)](#) defendeu a importância da medida como mecanismo de proteção de atendentes e pacientes. "Reconhecemos o mérito da proposta, já que os riscos biológicos não vão se encerrar quando vencermos o novo coronavírus. Temos que garantir desde já essa proteção para todos", disse. Segundo o parlamentar, que é médico, a barreira pode ser eficaz também para evitar outras doenças contagiosas, como sarampo, meningites e pneumonias.

Calil optou por um substitutivo ao [Projeto de Lei 3235/20](#), do deputado [Luizão Goulart \(Republicanos-PR\)](#), "com a finalidade única de adequar a redação legislativa".

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será ainda analisado pelas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias, em 17.06.2021